

A atualidade de José Veríssimo (1857-1916)

Ivana Veraldo

Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá,
Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

RESUMO. A análise do pensamento de José Veríssimo (1857-1916) é pertinente e importante, pois, a despeito do caráter idealista de sua proposta de educação nacional e do compromisso com posturas teóricas já ultrapassadas, esse autor, do final do século XIX, ainda hoje encontra adeptos. Nosso objetivo é compreender quais as razões do seu sucesso entre os educadores na atualidade.

Palavras-chave: atualidade, educação, idealista, José Veríssimo, sucesso.

ABSTRACT. The contemporaneity of José Veríssimo (1857-1916). An analysis of the ideas of José Veríssimo (1857-1916) is significant and relevant since this late 19th Century author still has followers, in spite of the idealistic character of his propositions for a national education system and his commitment to an old-fashioned theoretical stance. The aim of this analysis is to understand the reasons for his success among current educators.

Key words: contemporaneity, education, idealism, José Veríssimo, success.

A análise do pensamento de José Veríssimo¹ (1857-1916) parece-nos pertinente e importante, pois, a despeito do caráter idealista de sua proposta de educação nacional e do compromisso com posturas teóricas, como o racismo e a teoria dos climas, consideradas já à sua época como um sério equívoco, esse autor do final do século passado ainda hoje encontra muitos adeptos.

Causa-nos perplexidade constatar que um autor tão comprometido com explicações ultrapassadas sobre o desenvolvimento da sociedade seja tomado, pelos educadores atuais, como um modelo nos cursos de Pedagogia.

A incorporação de Veríssimo aos currículos do curso de Pedagogia tem sido geralmente fundamentada pelos próprios educadores por dois motivos. Em primeiro lugar, ele é considerado como um suporte para a compreensão do projeto de educação elaborado pelos intelectuais no final do século XIX, em consonância com o advento do Brasil República. Em segundo lugar, pelo fato de que as suas idéias ainda se colocam, segundo esses educadores, como temas atuais. Prova disso é o fato

de que sua obra *A educação nacional*² foi re-publicada no período da chamada “Nova República”, em 1985, com a observação de que era ...*modelar, não somente como reflexão teórica acerca da educação no Brasil, mas ainda como indicador de ordens práticas...* que, na opinião de João Alexandre Barbosa, só foram iniciadas nos primeiros decênios deste século³.

A importância que Veríssimo deu à questão da cidadania e ao papel redentor que a escola teria na formação do cidadão parece ter vindo ao encontro do posicionamento dos educadores da Nova República quando essas idéias são retomadas.

Evidentemente, esses educadores atuais não concordam com as explicações naturalistas de Veríssimo para o atraso brasileiro, mas incorporam determinados aspectos de sua obra. Antonio Cândido, por exemplo, em resenha sobre *A educação nacional*, tece elogios à sua fé na educação como fator de reconstrução nacional, afirmando que o que

¹ José Veríssimo Dias de Mattos nasceu em Óbidos, no Pará. Participou intensamente da vida cultural do país por mais de 3 décadas. Seus escritos revelam um pensador engajado no movimento de renovação intelectual que se desenvolveu no final do século XIX no Brasil. À sua pena não escaparam temas como: república, abolição da escravidão, positivismo/evolucionismo, educação, casamento, metafísica, etnografia, etc.. Entretanto, a nenhum desses temas dedicou-se profundamente. Tangenciou-os através da crítica literária, que foi sua principal ocupação.

² As idéias expostas nesse livro inserem-se num conjunto de exposições em que diferentes autores, na transição para o século XX, procuram demonstrar que cabe à educação um papel fundamental no processo de mudança da sociedade rumo à modernidade. Podemos verificar a presença dessas mesmas idéias de Veríssimo em outros autores das primeiras décadas do século XX. Carneiro Leão, em sua obra *educação popular* (1917): aponta a necessidade da organização do processo educacional para a construção da sociedade democrática e realização do ideal republicano. Mário Pinto Serva escreve *A educação nacional*, em 1924, não diferindo de Veríssimo ou de Carneiro Leão ao vincular o progresso social à educação.

³ João Alexandre Barbosa é prefaciador da edição d'*A educação nacional* de 1985 (Ver Veríssimo, 1985:11).

tornava Veríssimo interessante era a sua “...*confiança na educação como fator de construção nacional - o seu escopo permanente*” (In: Veríssimo, 1985:10).

Observamos que, na obra de José Veríssimo, as questões destacadas pelos autores atuais como questões ainda válidas estão ligadas ao seu empenho pelo progresso brasileiro, subjacente à sua discussão sobre o atraso nacional. Por esse motivo, nossa discussão ficará centrada em sua concepção de progresso.

Em momento algum o autor em destaque examina especificamente a questão do progresso; entretanto, ao discutir inúmeros temas/problemas (como literatura, educação, escravidão, etc.) identificados como causadores do atraso do país, entra no debate sobre o progresso, revelando sua concepção de história. É sobre essas questões que pretendemos refletir de forma a tentar explicar as razões do seu sucesso entre os educadores atuais.

O ponto de partida da obra de Veríssimo é a necessidade de superar o atraso que caracterizava a sociedade brasileira no final do século XIX.

Para ele, o progresso somente seria possível se o país conhecesse suas potencialidades através de um programa de educação nacional e da produção de uma literatura *conscientemente brasileira*.

Por considerarmos sua obra *A educação nacional* prioritária para discutir o tema a que nos propomos, daremos destaque à forma como, nesse livro, o autor identifica o atraso do Brasil e às soluções apresentadas como necessárias para a sua superação.

A educação nacional foi publicada em 1890, um ano após a proclamação da República. Seu intento era estabelecer as linhas básicas de um projeto de reforma da educação. Porém sua obra é muito mais abrangente. Nela, o autor aponta caminhos para a reforma da sociedade, convocando todas as *Instituições, forças e órgãos sociais* para cooperarem com as mudanças necessárias para que, civilizando-se, o país saísse do atraso.

Veríssimo cuida, primeiro, de diagnosticar as causas do atraso do Brasil para, depois, apontar soluções. Apresentaremos uma breve exposição sobre suas opiniões e, em seguida, com o objetivo de responder à indagação que norteia este artigo, marcaremos as conseqüências de sua posição teórica.

Os critérios das ciências naturais foram absorvidos por grande parte dos intérpretes da sociedade no final do século XIX. Atribuía-se o atraso do país, entre outras causas, à sua formação racial. As relações sociais e a história eram definidas, para esses intérpretes, pelo prisma da mistura das raças que compunham a sociedade.

Veríssimo remava nessa direção. Para ele, um dos fatores que levou o Brasil ao *estado material e moral precário* era a sua composição racial. O autor arrola vários exemplos dos nefastos resultados da formação

do Brasil pelas *três piores raças*: indivíduos *descuidosos e indiferentes* para com o trabalho, falta de iniciativa e desinteresse pelo trabalho e pelas atividades produtivas em geral, o *não amor ao trabalho*, a *indolência* e o *amolecimento das atividades produtivas*, etc.

O fato de o Brasil ter sido colonizado pelas *três piores raças* foi um erro do passado, pensava Veríssimo. Esse era um dos *males* que impedia o progresso da nação, mas que poderia ser corrigido através da educação, cabendo a ela a tarefa de formar o homem nacional, o cidadão ideal.

As análises da realidade baseadas no determinismo racial sempre vinham acompanhadas de explicações pautadas num determinismo natural, às quais também aderiu o autor que estamos analisando.

Para ele, as condições geográficas e climáticas concorreram igualmente para acentuar o *não amor ao trabalho*, atrasando o país. Por ser a terra, *invejavelmente fértil e rica* de produtos naturais, de *fácil cultivo e colta*, ela dispensava, conforme o autor, muitos esforços e trabalho. O pouco trabalho necessário, o escravo o fazia, e a população em geral não tinha obrigação de trabalhar (Veríssimo, 1985:68).

O atraso do país é atribuído, nessa concepção, ao determinismo natural: ou seja, a extrema fertilidade da terra e as boas condições climáticas favoreciam o desprezo pelo trabalho.

A escravidão também era, na sua perspectiva, causa do atraso nacional. A sociedade carregava esse *terrível deletério em seu seio*, que teria contribuído para a não-dedicação dos brasileiros ao trabalho, estigmatizando-o e tornando-o desprezível. A escravidão consagrara a *morte de todas as energias produtivas* no Brasil. Nas suas palavras:

Não é possível exagerar os males que nos trouxe a escravidão. Durante trezentos anos refestelamo-nos no trabalho, primeiro do índio, depois do negro. Queiram os destinos do Brasil que não nos seja preciso tanto tempo para livrar-nos de uma vez do funestíssimo veneno da maldita instituição, que pela indefectível lei da justiça na História, que quer todo o erro traga em si o seu castigo, ainda hoje nos pesa e avexa! Não somente abolindo como degradando o trabalho, a escravidão consumou em nós a morte de todas as energias, já enfraquecidas pelo clima e viciadas pela hereditariedade. (Veríssimo, 1985: 68)

Segundo o pensador, a escravidão invadira as famílias e *amolecera* o caráter dos brasileiros, dissolvendo-lhes a virilidade física e moral. A abolição, proclamada dois anos antes da publicação d'*A educação nacional*, não seria suficiente para liberar o trabalho do estigma que a escravidão lhe imprimira. Era necessário completar a *obra gloriosa da abolição* com a educação, que seria a ferramenta mais importante na criação de condições para estimular os indivíduos ao trabalho. Para o referido autor,

A extinção da escravidão não é de si mesma bastante para apagar os funestíssimos efeitos da execranda instituição, que só muito de passo ir-se-ão dissipando. É, pois, indispensável - e isto sentiram os mais bem alumados abolicionistas - que a obra gloriosa cujo coroamento foi a Lei de 13 de maio de 88 se continue pela educação, não só dos libertandos, senão de nós todos, todos mais ou menos contaminados pela sua peçonha. (Veríssimo, 1985: 79)

Veríssimo demonstra ter aderido à agitação social do período da abolição, quando quase toda a intelectualidade brasileira levantou a bandeira da emancipação e da instrução.

Manifestava-se, no seio da intelectualidade, uma preocupação com a possível desorganização da produção e do trabalho em decorrência da abolição da escravidão. A produção teórica do final do século XIX apresenta tentativas de responder a essa problemática via educação.

Há ainda uma última causa do atraso nacional que pretendemos destacar: a instrução. Julgamos que esta é, sem dúvida, a causa que coroa todas as outras. Era através da solução desta que o autor acreditava solucionar as demais. Ou seja, era pela reforma da instrução que o país poderia superar os inúmeros problemas advindos da sua formação etnogênica, das suas condições climáticas, bem como da escravidão.

Tentemos entender como, na opinião de Veríssimo, a instrução teria cooperado para o atraso. Para tanto, primeiramente, é preciso atentar para a diferença estabelecida por ele entre instrução e educação:

O nosso sistema geral de instrução pública não merece de modo algum o nome de educação nacional. É em todos os ramos - primário, secundário e superior - apenas um acervo de matérias, amontoadas, ao menos nos dois primeiros, sem nexos ou lógica, e estranho completamente a qualquer concepção elevada de Pátria.

Pode ser um meio - bom ou mal, não é nosso propósito discutir-lhe o valor - de mera instrução, mas não é de modo algum um meio de educação, e sobretudo, de educação cívica e nacional. Ora, toda a instrução cujo fim não for a educação e, primando tudo, a educação nacional, perde, por esse simples fato, toda a eficácia para o progresso, para a civilização e para a grandeza de um povo. (Veríssimo, 1985:53)

Ao fazer essa distinção, Veríssimo não nega a validade e a necessidade das matérias do conteúdo anterior. Simplesmente procura atribuir uma qualidade nova à instrução, de forma a subordiná-la ao seu conceito de educação. Trata-se de articular organicamente, segundo o princípio da formação do homem nacional, aquilo que ele caracteriza como um *acervo de matérias amontoadas*.

Veríssimo não formulou explicitamente um conceito de cidadão. Contudo, ao expor a diferença entre instrução e educação e ao mostrar qual deveria ser a nova qualidade dos conteúdos a serem ministrados, ele aponta as características que deveriam ser forjadas no novo homem nacional. Para ele, esse homem deveria ter *espírito público, espírito cívico, patriotismo, lutar contra a indolência, enrijecer o corpo e solidificar a saúde, fortificar o altruísmo, modificar e diminuir o egoísmo, ter emoções sociais, ter espírito de disciplina e de solidariedade, elevar o amor ao trabalho, tomar conhecimento de seus deveres e de seus direitos*, etc.

Não se trata, evidentemente, de um conteúdo instrutivo completamente novo, mas sim de frisar o seu aspecto moral e subordinar a esse aspecto todo o conhecimento ministrado nas diversas disciplinas. Constatemos isso no seu próprio texto.

Não basta (...) conhecer a Pátria no seu solo, nos seus acidentes naturais, na sua natureza, no seu clima, nas suas produções, na sua atividade e na sua riqueza; não é suficiente saber-lhes as origens, como se povoou e se desenvolveu, qual o seu contingente à civilização ou os seus elementos de progresso, as lutas que teve de sustentar, os triunfos que obteve ou os reveses que sofre; é necessário mais, é indispensável, em um país livre principalmente, em especial numa república, conhecer as suas instituições, em si e nas suas origens, saber-lhes as leis com as obrigações que impõem e os deveres que garantem, estudar as leis gerais de moral, de economia e de política que presidem às sociedades e estabelecem e dirigem as relações entre os seus membros; aprender a solidariedade nacional na solidariedade escolar, e a noção do dever cívico, do dever humanitário e do dever em geral, no dever e na disciplina da escola. O conhecimento destes diversos aspectos da Pátria, não já como região, não já como nação, senão como estado, como uma sociedade cujos fins, conforme os de todo o Estado, são o desenvolvimento das faculdades da Nação, o aperfeiçoamento de sua vida, constitui a educação cívica. (Veríssimo, 1985:56, grifos nossos)

Em várias passagens d'*A educação nacional* evidencia-se que, mesmo quando Veríssimo fala da necessidade de se recuperar o passado, suas *causas, resultados e relações*, seu objetivo é exacerbar o espírito patriótico. Assim, fica claro que a nova qualidade a ser dada ao conteúdo da educação é a formação do homem nacional.

Qual é, enfim, a diferença entre instrução e educação para Veríssimo? A diferença está na ênfase aos conhecimentos que estimulariam o sentimento nacional. Para ele, a cidadania, o civismo e o patriotismo são sentimentos mais adequados ao regime republicano e à construção de uma sociedade

democrática, sendo que as escolas não os estimulavam.

Veríssimo propugnava, portanto, que os indivíduos fossem preparados para viverem na sociedade democrática, moderna e civilizada. Por esse motivo, aos conhecimentos científicos deveriam se sobrepor os ensinamentos necessários para que os indivíduos vivessem em sociedade e, dessa perspectiva, os próprios conhecimentos científicos eram secundários. O autor chega a afirmar que é dispensável o aprofundamento dos conhecimentos transmitidos. Bastaria um pouco de Matemática, um pouco de Química, um pouco de Física etc.

Poderíamos pensar que sua proposta de subordinar a instrução à educação nacional seria especificidade de um Brasil atrasado. Todavia, verificamos que o autor busca, e encontra, exemplos em outros países e em pedagogos modernos⁴. Isso significa, portanto, que as reformas que defende estão efetivando-se na sociedade como um todo, e não somente no Brasil. São universais e não nacionais. É preciso, pois, extrapolar o sentido nacional dessas propostas e apontar o seu real significado, que corresponde ao desenvolvimento da sociedade democrática - *países livres e civilizados*, nas palavras do próprio Veríssimo.

Entendemos ser necessário ampliar e aprofundar a identificação das soluções sugeridas por Veríssimo, como forma de marcar as conseqüências de sua leitura da sociedade e, ao mesmo tempo, fornecer pistas para explicar sua aceitabilidade hoje.

Daremos destaque a dois aspectos de suas propostas *saneadoras*: a difusão do sentimento nacional e a reforma moral dos indivíduos.

Sentimento nacional é um conceito básico para que se possa compreender o pensamento de José Veríssimo. Para ele, o sentimento nacional, difundido via educação, colaboraria na união dos elementos heterogêneos da nação, constituindo-se no remédio que combateria as *diferenças de índole e de formação* dos indivíduos.

O pensador preocupa-se com os perigos que se colocariam à construção da sociedade democrática se ela não criasse instituições, leis e costumes que garantissem o espírito público.

Ao explicar o que entendia por sentimento nacional, Veríssimo muitas vezes tomava exemplos de outras nações, fazendo alusão, principalmente, à democracia americana. No final do século XIX, os Estados Unidos substituíam a Europa como referência dos debates porque, naquele momento,

eram a nação que puxava o carro da civilização, implementando a democracia.

Mesmo que Veríssimo tenha alertado para algumas diferenças que existiam entre o Brasil e os EUA naquele período, não soube, de fato, identificar quais as diferenças históricas entre essas duas nações. Ao tratar da história dos EUA, Veríssimo pautava-se nas mesmas categorias que determinavam sua interpretação da história do Brasil. Assim, o determinismo natural, o racismo, etc. também eram suportes para a compreensão das diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos.

Apesar de atribuir aos EUA o papel de modelo, Veríssimo via com ressalvas o exemplo a ser seguido. Ele defendia a idéia de que seria possível imitar a democracia americana apenas em seus aspectos positivos, eliminando os efeitos perniciosos da mesma. Na sua opinião era necessário não fazer uma *cópia servil*, mas, sim, uma *adaptação inteligente* da democracia americana, pois “...*Naquele maravilhoso quadro há sombras e, no sol da América, como no sol do nosso mundo, há manchas*” (Veríssimo, 1985:139).

Quando cita os EUA ele elogia aquela sociedade porque percebe que, nela, o espírito público se antepõe aos interesses privados (Veríssimo, 1985:52), contribuindo no combate às *diferenças de índole* e de *formação dos indivíduos*. Veríssimo admira o sentimento nacional que pulsa nos americanos e sugere, então, a *adaptação inteligente* desse estado de espírito.

O autor acredita ser possível, através da difusão do sentimento nacional, estabelecer, na sociedade brasileira, a união de interesses entre os indivíduos; pensa ser possível criar, a-prioristicamente, a vontade da união de interesses.

Na sua concepção, o progresso, como um objetivo a ser alcançado, é que deveria ser o elemento responsável pela harmonia de interesses. Isto é, seria necessário um verdadeiro empenho social e moral para construir o progresso, sendo esse o papel da educação.

Em 1906, por ocasião da segunda edição da obra *A educação nacional*, Veríssimo aponta a *ingenuidade* de suas teses e o fracasso de muitas das reformas por ele pensadas na época da primeira publicação; contudo, ele não abandona sua idéia central de que via educação a sociedade chegaria ao progresso. Isso pode também ser evidenciado na nova introdução elaborada para essa segunda edição, onde ele ressalta a necessidade de uma reforma moral dos indivíduos como meio de implementar o projeto de educação nacional para formar o cidadão.

Segundo Veríssimo, a convicção de que a educação era o *meio mais prático de obter emenda e correção* levou-o a escrever *A educação nacional*. Porém o desenrolar dos fatos após a criação do Ministério

⁴ Por exemplo, Herbert Spencer (1820-1903), pensador inglês que publica, em 1861, a obra *Educação intelectual, moral e physica*, na qual Veríssimo se baseia não só para discutir suas proposições bem como para organizar sua exposição. Ele chega ao ponto de copiar o modo como Spencer divide os capítulos de sua obra.

Especial da Instrução Pública abalou suas crenças na educação como regeneradora da sociedade.

Por isso, Veríssimo procura fazer um balanço dos resultados concretos do projeto educacional formulado para o Brasil República. Seu desapontamento demonstra ainda estar preso à tese de que a sociedade regenera-se a partir da *regeneração* dos indivíduos. Não bastam leis e reformas para o ensino público, é necessário *uma transformação profunda nos costumes*. Ou seja, o insucesso das reformas deveu-se ao fato de que os indivíduos não estavam preparados moralmente para elas. Segundo Veríssimo,

O mal, porém, do nosso ensino público, está muito menos na imperfeição e deficiência das leis e regulamentos que o regem, do que na insuficiência, principalmente moral, dos incumbidos de executá-lo. Na sua falta, menos de competência técnica ou profissional, pois muitos a têm, mas de fervor pela sua função, e até do simples sentimento do dever profissional, está o mal, talvez irremediavelmente sem uma formidável reação do nosso ensino. (Veríssimo, 1985:31/2)

Veríssimo continua acreditando que as mudanças necessárias para o progresso da sociedade não ocorreram por falta de sentimento nacional, empenho moral dos indivíduos ou uma ação mais eficaz das instituições.

Feito esse caminho, parece-nos evidente a forma a-histórica com que Veríssimo analisou as questões de sua própria época. Entretanto, seu nome é lembrado como um articulador da reforma republicana e como uma fonte esclarecedora das lutas do passado. Por isso, procuraremos refletir um pouco sobre a “modernidade” que os autores atuais buscam em Veríssimo.

Parece-nos que são os “remédios” propostos por Veríssimo os balizadores da forma como ele caracteriza o atraso. Isto é, os critérios com os quais o autor identifica e analisa o atraso social decorrem, em última instância, do seu modelo ideal de sociedade e de educação. Sua concepção de história é construída a partir de um fim estabelecido antecipadamente, ou seja, suas propostas *saneadoras*, o que nos permite vislumbrar o aspecto idealista e moralista de suas análises.

A vertente racista tomada pela sua interpretação, mesmo que tenha servido como defesa da organização do trabalho livre no Brasil, tem implicações profundas que demarcam os limites de seu apego pelo progresso. Ao explicar o atraso do país pela sua formação racial ou, em outras palavras, ao deturpar a história, Veríssimo utiliza um ponto de partida cujas conseqüências podem estancar o próprio desenvolvimento que ele defende. Mesmo que pareça progressista, essa forma de ler a sociedade tem como resultado o emperramento das próprias

contradições que a caracterizam. Veríssimo foge das contradições e trata da sociedade como ela deveria ser. As classes sociais desaparecem no interior dos esquemas racistas de sua análise da realidade.

Influenciado pelo determinismo natural, Veríssimo, ao considerar o clima como um dos fatores que causaram o *não amor ao trabalho*, não capta o caráter histórico das relações estabelecidas até então.

Da mesma forma, ao considerar a escravidão como um erro do passado, o autor demonstra ter aderido ao tom moralista que predominava nos discursos abolicionistas,⁵ ignorando o caráter historicamente necessário da escravidão. Era, assim, perfeitamente lógico que nesse discurso se proclamasse a necessidade de reabilitar o trabalho pela obra reformadora da educação.

Com essas interpretações o autor aqui analisado acaba por negar o caráter histórico da sociedade democrática e lhe confere um caráter natural e eterno. Ele coloca o cidadão como a forma mais perfeita de homem; uma forma que deveria ter existido sempre, mas, por inúmeros erros, os homens do passado não souberam construir.

A história, em nossa perspectiva, não está subordinada a um fim estabelecido a-prioristicamente; é, sim, resultado de conflitos sociais. Por outro lado, devemos ter claro que são os conflitos de interesse que, num determinado momento, produzem essa idéia de que a história tem como fim realizar a democracia, formar o cidadão, criar esse novo homem. Em outras palavras, a concepção a-histórica de Veríssimo tem, também, por sua vez, uma origem histórica.

Sendo assim, a diferença apontada por Veríssimo entre a instrução e a educação expressa, em nossa opinião, uma necessidade histórica; ou seja, corresponde à democratização da sociedade no final do século XIX, que tem por bandeira a educação para todos os indivíduos que, naquele momento, são alçados a cidadãos.

Nos países tomados, pelos pensadores em geral, como modelo no final do século XIX, tanto a educação nacional como a organização da Instrução Pública decorrem da espontaneidade dos costumes e

⁵ Quanto a essa questão, o moralismo presente no discurso antiescravista ver Pereira, Lupércio A. *Limites históricos do pensamento abolicionista*. Dissertação de mestrado defendida na UNESP, Assis, São Paulo: 1986. Nela, Pereira trata, entre outras questões, do caráter ideológico presente na concepção moralista dos antiescravistas do século XIX, no Brasil. Mostra uma tendência do pensamento burguês que concebe o passado como um “erro” e nega o caráter necessário da escravidão (p.10). Essa concepção, segundo Pereira, serviu à época, aos publicistas liberais, como “...arma em sua luta para o Brasil adaptar-se, o mais rapidamente possível, às condições criadas pela nova etapa do desenvolvimento do capitalismo...” (p.54). Afirmar que a escravidão era um erro é, nas suas palavras, tirar o caráter histórico do passado, e abstrair o caráter necessário da escravidão.

do próprio progresso capitalista. Veríssimo tem, inclusive, consciência das diferenças existentes, por exemplo, entre a organização da instrução pública dos Estados Unidos e a do Brasil. Ele percebe que há nos americanos *empreendimento pessoal e espontaneidade* no que se refere à educação. Todavia, no Brasil não existiam nem indústria desenvolvida nem trabalho assalariado, o que é quase a mesma coisa. Sua tese de que é o Estado que deve assumir a organização da educação nacional decorre da constatação de que não existe realmente esse *empreendimento pessoal*. Seria necessário a transformação dos costumes.

Ainda que, algumas vezes, o autor tenha mostrado que a educação para a formação do cidadão vinculava-se ao processo de democratização, mesmo assim sua análise revela-se idealista. Isso porque, em nossa opinião, o processo de democratização, por ser uma tendência que se desenvolve onde existem as condições para tal (indústria, trabalho assalariado, produção de riquezas, etc.), não poderia ser, no Brasil, criado artificialmente, sem que existissem condições concretas para isso. O idealismo dele revela-se, portanto, quando pretende, via educação do cidadão, criar a sociedade democrática.

Ao culpar a inexistência de uma educação nacional pelo atraso da nação, Veríssimo revela conceber a educação como um bem que, infelizmente, até aquele momento, não fora concedido a todos os membros da sociedade. Finalmente, com o advento da República, seria possível, através do Estado, estender esse bem a todos, *atalhando* o mal. Por essa interpretação, podemos deduzir que Veríssimo considera que o passado foi um erro, uma vez que não conseguiu criar as possibilidades de que todos os indivíduos tivessem acesso a esse bem. As reflexões do autor não nos ajudam a compreender a necessidade histórica da própria escola.

No que se refere à questão do sentimento nacional, Veríssimo demonstra mais uma vez refugiar-se na diretriz do deveria ser, na medida em que postula a criação desse sentimento a partir de um ideário que não tem correspondência na realidade⁶. Ou seja, através da educação, ele julga ser

possível criar no Brasil esse sentimento que produziria a harmonia social necessária para a construção do progresso.

Veríssimo baseia sua compreensão de progresso na possibilidade de conciliação entre as classes, que, para ele, se realizaria via difusão do sentimento nacional e via reforma moral dos indivíduos. Nessa concepção de progresso está implícita a idéia de que o futuro seria melhor do que o passado. Se as mudanças não haviam ocorrido, isso se devia a alguns desacertos que podiam ser corrigidos através de uma subordinação da educação aos preceitos democráticos.

Sua obra revela também que ele tinha uma concepção evolucionista da história, pois acreditava ser possível que a sociedade alcançasse um fim melhor. Ora, ao fincar os olhos nesse futuro melhor, a postura evolucionista negligencia as contradições do presente enquanto história. Por acreditar que a história caminha para esse fim inevitável, essa concepção não questiona os fundamentos reais da existência humana nos vários períodos históricos.

Quais são, então, as razões da aceitabilidade de Veríssimo pelos educadores da atualidade?

Hoje, a cidadania é um dos dogmas que mobiliza os educadores que, se estimulada pela educação, poderia resultar em indivíduos conscientes, participativos, cumpridores dos seus deveres, sabedores e defensores dos seus direitos.

Para fundamentarem a afirmação de que formar cidadãos é uma necessidade que deveria ser satisfeita, mas ainda não o foi, é comum que esses educadores busquem referências em autores do final do século passado e início do século XX. No que se refere ao Brasil, os pedagogos procuram apoiar-se naqueles mais vinculados ao movimento republicano, porque estes teriam introduzido no Brasil a luta pelos ideais democráticos. Assim, há hoje uma proliferação de “re-publicações” de obras e estudos sobre inúmeros pensadores que se destacaram naquele período por terem entrado na luta pelos ideais democráticos.

Essa volta aos pensadores republicanos não significa, entretanto, que os educadores da atualidade tenham aderido ao conjunto de suas concepções, como já o dissemos. Eles procuram separar o joio do trigo, retirando dos pensadores republicanos apenas sua argumentação em torno dos ideais democráticos. Parecendo desvirtuar o pensamento dos autores retomados, na medida em que descartam outros aspectos considerados negativos, como, por exemplo, o racismo e o determinismo natural, que

⁶ Monteiro Lobato (1882-1948), embora seja um autor que vive numa época posterior à Veríssimo, pode contribuir com suas reflexões para entendermos essa afirmação tão contundente. Lobato expunha ao ridículo a questão do sentimento nacional, chamando o patriotismo de *zarolho* e afirmando que os nacionalistas *ignoravam as verdadeiras necessidades do país*. Segundo ele: “Ao contrário do que o proclama a sanfona patriótica, somos um povo paupérrimo, a ocupar cogularmente um território imenso, bastante rico de altas possibilidades. Os males sem conta que nos afligem decorrem todos da mesma fonte, a pobreza - e só a riqueza os curará. Incultura científica, analfabetismo, má política, feiura da raça, estado de doença progressiva das populações, todos os males do Brasil, em suma, jamais se curarão com a cartilha, o voto secreto, institutos de beleza, quininas, timois e universidades em pilulas, como os pode ter o pobre, senão com tudo isso em massa, como os tem o rico. A droga mágica que realmente cura é uma só: - riqueza.

Enriqueça-se a mais miserável família de jécas que vive lá num fundão malarico do Amazonas, gente sem resquício de cultura, semi-nua, roída de verminoses, negativa como elemento de produção - e, automaticamente, no correr do tempo, a metamorfose será completa. Os doentes se curarão, os descalços se calçarão, os iletrados se educarão, e o país se verá acrescido de enérgicas unidades positivas” (Lobato, s.d.:247).

teriam influenciado sobremaneira os estudos no final do século XIX, mas que já nessa época eram considerados ultrapassados como explicações da realidade. Esse procedimento é, a nosso ver, resultado de uma concepção idealista, na qual o ideal democrático da cidadania é tomado como um dogma que passa a ser explicado e defendido apesar da realidade.

José Veríssimo é um desses autores que, por ser parte ativa do movimento republicano e democrático, é retomado na atualidade.

Seu idealismo tem servido de suporte para os argumentos daqueles que também ingressaram por discussões sobre como a sociedade e a educação deveriam ser, ou seja, como se deveria atuar para formar o cidadão.

Além disso, Veríssimo caracteriza-se por ser um pensador que nunca tinha uma posição marcante acerca das questões que discutia, oscilando inclusive metodologicamente. Isso é considerado na atualidade um aspecto positivo, uma vez que ele não era radical e fazia concessões a todas as teorias. Ora, o ecletismo, a postura conciliadora, a negação das classes sociais, são características marcantes do pensamento atual.

Nesse sentido, acompanhemos as rápidas observações de uma das prefaciadoras de uma republicação de Veríssimo:

A sexta série dos Estudos de Literatura Brasileira, de José Veríssimo, espelha com nitidez as hesitações metodológicas de seu tempo, a que o autor não soube ou não pôde responder com uma posição de cabal coerência. Num entrecruzar de correntes em que, ao lado das tendências positivistas e evolucionistas, que se pretendiam objetivas e científicas, começa-se a atentar para os aspectos propriamente estéticos da obra artística, onde já há lugar para a sensibilidade e o gosto pessoais, é natural que se encontrem indecisões e até contradições na aplicação de determinados critérios e conceitos. Isto é, por paradoxal que possa parecer, um aspecto positivo de alguns críticos do tempo, dotados daquela abertura que exige este tipo de estudos. (Aguiar, M.S. In: Veríssimo, 1977:II)

Melânia Silva Aguiar observa, com razão, o fato de que Veríssimo espelha as hesitações

metodológicas que marcam o seu tempo, quando havia uma confluência de teorias (positivismo, evolucionismo, etc.). Contudo, ela destaca essa hesitação como *abertura*, como um dos aspectos positivos do autor.

Ao iniciar nossos estudos sobre Veríssimo, julgávamos que sua aceitabilidade na atualidade decorria fundamentalmente do fato de ele ser um defensor dos ideais democráticos. Agora, podemos acrescentar a isso o fato de ele ser idealista e eclético.

Ao ser republicada em 1985, *A educação nacional* foi rapidamente relacionada com os anseios que emergiram com a Nova República. Ao observarmos os discursos atuais em prol da cidadania, veiculados por educadores, políticos e intelectuais em geral, verificamos que se repetem os mesmos parâmetros de análise identificados em Veríssimo: a educação e a sociedade são analisadas e debatidas a partir da busca de um modelo ideal (de educação e de sociedade), isto é, pelo modo como ambas deveriam ser.

A questão da cidadania presente em Veríssimo ainda se coloca como um projeto atual. Os educadores esforçam-se para identificar quais seriam os caminhos para a sua concretização. Nesse esforço, não estariam os educadores apenas fincando os olhos no futuro democrático e escapando do enfrentamento do presente enquanto história?

Referências bibliográficas

- Lobato, J.B.M. *O escândalo do petróleo e ferro*. São Paulo: Brasileira, [19--].
- Pereira, L.A. *Limites históricos do pensamento abolicionista*. Assis, 1986. (Master's Thesis in History) - Universidade Estadual Paulista.
- Spencer, H. *Educação intelectual, moral e physica*. 3.ed., Porto: Livraria Chardron, 1927.
- Veríssimo, J. *A educação nacional*. 3.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- Veríssimo, J. *Estudos de literatura brasileira: sexta série*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1977.

Received 12 December 1996.

Accepted 31 March 1998.